

sura.  
n-na  
s de-  
incí-  
te, a  
i é a  
a le-  
tam  
zão  
esa  
ste  
res

id,  
re,  
ão  
la

o  
>-  
|-  
|,  
-

## EM TORNO DA DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE AGÊNCIA FEMINISTA

*Maria José Magalhães*

**Resumo** Neste artigo, apresenta-se uma abordagem exploratória do conceito de agência e de acção e da sua articulação com os movimentos de mulheres. Discutem-se, ainda, conceitos de feminismo(s), trazendo algumas das preocupações presentes nos actuais debates, inspirados por contributos do pós-estruturalismo e pós-colonialismo. Finalmente, referem-se as metodologias auto/biográficas na sua relação com a agencia feminista e das mulheres.

**Palavras-chave** Agência feminista, feminismo(s), transformação social.

### Introdução

Este artigo constitui uma primeira abordagem<sup>1</sup> exploratória aos conceitos de *agência*, *agência feminista* e *agência feminina*, no contexto de uma investigação mais alargada sobre as mudanças na educação e nas vidas das mulheres, nos últimos 30 anos e à contribuição do feminismo para provocar e sustentar essas mudanças.

Entramos nesta análise, em torno do conceito de *agência*, cientes de que o recurso a este termo não é pacífico, pela sua importação da produção anglo-saxónica no campo que aqui nos preocupa. Na Língua Portuguesa, o termo existe mas é tomado habitualmente como espaço institucional público ou empresarial.<sup>2</sup> Contudo, está já também incluído um significado que remete para a acção e "função do agente". Salienta-se ainda que agente significa "aquele que age", "que opera ou actua", "autor (*gram.*) sujeito do verbo na voz activa", "o que pratica a acção". Nesta volta pelo dicionário, queremos reter a possibilidade de recorrer ao termo *agência*, relacionado com agentes que actuam e são activos na definição de uma agenda.

Hoje, diferentemente do que acontecia há alguns anos atrás, as mulheres são pensadas como sujeitos — numa noção complexa de sujeito, na sua dupla asserção: sujeitos enquanto actoras e autoras e enquanto sujeitadas, isto é, como *agentes* e participantes activas e passivas na e da sua sujeição (Marshall 1994). Então, tentar ver o papel das mulheres nessas mudanças é uma questão relacionada com uma outra, que consiste em olhar o seu papel na sua própria subordinação. Ou seja, como agem para a transformação e para a subordinação?

Assim, este texto constitui-se numa primeira reflexão sobre o conceito de agência, na sua relação com a estrutura e a acção, partindo de contributos de Giddens (2000) e Becky Francis (2001). Procura ser também uma incursão na

relação entre este conceito e os feminismos, cruzando-a com o estudo de subjectividades e experiências femininas de diferentes grupos sociais de mulheres (ciganas, *padjas*, de classe trabalhadora, de classe média, lésbicas, com deficiência, etc.).

### Definição do conceito de *agência*: o contributo de Giddens

Num momento em que a crítica feminista contemporânea tem posto em causa um olhar vitimista sobre as mulheres, um conceito que seja capaz de afirmar a capacidade humana de agir sobre, em e contra as estruturas é central para qualquer análise sobre a situação das mulheres, num dado momento e num dado lugar. Mas, como muitos outros conceitos, também este não explicita, nas suas formulações habituais, as articulações com as especificidades das subordinações das mulheres e com os modos complexos em que capitalismo, patriarcado e outras estruturas de opressão, dominação e desigualdade se entrecruzam para moldar as vidas femininas. O que Griselda Pollock afirma em relação a uma história feminista (das histórias de arte), podemos afirmar também para o estudo da *agência* feminista:

Estamos à procura de modos através dos quais possamos reconhecer os 'espaços de feminilidade' e as suas temporalidades subjectivas nos ritmos da experiência vivida das mulheres, dentro e contra as hierarquias de diferença sexual, como é configurada em formações sociais complexas de classe, raça e sexualidade (Pollock 1996: 204).

Encontramos em Giddens (2000) uma revisão dos fundamentos teóricos que podem levar a uma primeira aproximação ao conceito de *agência*. Este autor entende *agência* como conceito relativo à acção de um agente e à acção colectiva articulada com as agendas políticas. Esta noção acoplada e sobreposta de *agência* e acção constitui um dos motivos de reflexão deste artigo.

O autor faz uma pequena história do lugar do sujeito nas diferentes perspectivas sociológicas, assinalando o interaccionismo, pelo destaque atribuído ao actor (no masculino), e ao funcionalismo, estruturalismo e marxismo, estas pela importância dada à determinação e força das estruturas sociais.

Giddens sinaliza o interaccionismo simbólico pela importância atribuída aos actores como agentes intencionais e cognoscíveis, participantes da construção activa da vida social. Terá sido a abordagem a que se pode associar uma explícita "teoria do sujeito" e a noção de "consciência reflexiva". No entanto, nesta corrente, "o social" fica reduzido às figuras próximas e ao "outro generalizado", sem contornos sociais que "o" liguem a estruturas de poder, dominação, opressão ou desigualdade. Sem uma concepção de sociedade diferenciada, o interaccionismo não consegue proporcionar "qualquer interpretação para a transformação social" (Giddens 2000: 4).

Assim, para Giddens, "na teoria social, as noções de acção e estrutura *pressupõem-se uma à outra*" (2000: 11), embora, do seu ponto de vista, esta questão esteja

incompletamente tratada sem uma teorização das instituições, trazendo, por isso, para o debate duas "considerações": "a primeira refere-se à incorporação da *temporalidade* na compreensão da *agência* humana; a segunda consiste na incorporação do *poder* como algo integrante na constituição das práticas sociais" (*ibidem*). Giddens chama ainda a atenção para o facto de que, se actividade social interliga necessariamente estrutura e *agência*, esta relação está sempre atravessada de desfasamentos (*différance*) — em termos de tempo, de paradigma e de espaço.

Tal como para Giddens, também para uma perspectiva feminista de *agência*, é importante a questão da transformação social. Isto é, precisamos de um conceito de *agência* que se articule com o de estrutura e que, na sua definição, estabeleça a relação entre uma e outra.

Igualmente a considerar, as questões da temporalidade e do poder têm sido trabalhadas por perspectivas feministas, tendo estas sido capazes de trazer para o debate as instâncias de poder que não simplesmente o institucional ou o económico e social, mas também o sexual, o das relações de afecto, o das identidades, etc., nas diferentes esferas da vida.

Mas *agência*, nos seus entrecruzamentos com a estrutura social, é *acção humana* simplesmente ou constitui um tipo específico de *acção intencional* para mudar o mundo? E esta especificidade implica articulação com a acção de outras pessoas, ou seja, é acção colectiva / organizada, ou pode ser acção individual?

Voltando a Giddens, este parece fazer equivaler acção e *agência*:

(...) a ideia de "acção", ou de *agência*, não se refere a uma série de actos discretos combinados entre si, mas a um *fluxo contínuo da conduta*. Talvez devêssemos definir acção (...) como envolvendo uma 'corrente de intervenções causais, concretas ou projectadas, de entes corpóreos no decorrer do processo de acontecimentos que ocorrem no mundo' (Giddens 2000: 14).

Existe aqui uma tensão nesta definição de *agência* enquanto "fluxo contínuo da conduta" humana, já que se coloca a questão da intencionalidade. Giddens acrescenta a noção de "monitorização reflexiva da acção", enquanto processo que traduz a necessária intencionalidade da acção humana:

A monitorização reflexiva da acção refere-se aqui ao carácter intencional ou propositado do comportamento humano, realçando a "intencionalidade" como processo. Tal intencionalidade é um traço rotineiro da conduta humana, não implicando que os actores tenham em mente objectivos conscientemente definidos no decurso das suas actividades. (*ibidem*: 16)

Também a análise feminista psicanalista tem mostrado a importância de equacionar outros níveis de 'intencionalidade' da acção humana para além da racionalidade no seu sentido restrito. Giddens, a este propósito, e no sentido de fortalecer a sua "teoria da acção", fala de uma tensão existente entre a racionalização da acção e a própria acção humana. Assim, a intencionalidade estaria também ligada a impulsos muitas vezes fora de uma racionalidade consciente.

Gramsci, por sua vez, argumentava que toda a acção humana está imbuída, em maior ou menor grau, de actividade pensante — actividade *intelectual*, era o seu argumento — e que, portanto, toda a acção humana remete, em última análise, para algum grau de racionalidade.

Por isso, este último autor e, mais tarde Freire e Ferrarotti, no conceito de *praxis*, implicaram uma actividade de reflexão colectiva, *a priori* ou *a posteriori*, no sentido de assegurar a racionalização da intencionalidade de uma acção sobre o mundo. Freire chamou a este processo *conscientização*, enquanto consciência que advém do diálogo e da acção colectiva e é voltada para um agir de novo. Nesta reflexão, o diálogo entre agentes é considerado um elemento essencial.<sup>3</sup>

De forma específica, Giddens não deixa de assinalar a existência de conflitos como componentes permanentes da acção e da agência. Será que podemos distinguir, a propósito deste último conceito, diferentes níveis de conflitos: conflitos racionalizados e exacerbados alguns, para produzir alteração no equilíbrio de forças; ignorados ou adiados outros, para produzir alianças em ordem a pôr em causa as relações de poder? Anote-se que, para este autor, o conceito de poder está intrinsecamente ligado ao de acção, perspectivando esta como “*logicamente vinculada ao poder sempre que (...) entendido como capacidade transformadora*” (2000: 82). Aponta, assim, para um tipo de conduta do sujeito, a conduta estratégica, onde este/a tem o *poder* de agir ou de ficar quieto.

Desta forma, agência envolve “a ‘intervenção’ num mundo-objecto potencialmente maleável, relacionando-se directamente com uma noção mais generalizada de *praxis*” (Giddens 2000: 15). Agência, pois, poderá ser um termo reservado para a acção humana, na sua versão reflectida e informada de intencionalidade ideológica e política, no sentido de “intervir” no mundo, em ordem à sua transformação e para a extensão da democracia a todos os grupos. Sintetizando, agência pode ser conceptualizada como a intersecção entre a acção humana e a estrutura social, onde a intencionalidade e o poder se cruzam com outras dimensões — a reflexividade, o enquadramento paradigmático e a temporalidade. A secção seguinte trata da articulação entre esta noção de agência e o feminismo para uma definição de *agência feminista*.

### A reflexão de Becky Francis para o conceito de agência feminista

Desta reflexão sobre agência, e em articulação com estrutura, acção e poder, gostaria de estabelecer uma definição de agência útil para olhar as experiências femininas e dos colectivos de mulheres numa perspectiva emancipatória. Assim, Becky Francis define *agência* de forma clara e sintética como sendo “a nossa capacidade para tomar decisões e agir no mundo em ordem a mudá-lo” (2001: 68).

Mas poder-se-á falar de agência feminina na nossa sociedade se as mulheres não têm tido voz? Se têm sido silenciadas na História, nas instituições? Como equacionar o silenciamento das mulheres numa teoria de agência? Como

se pode agir para transformar o mundo, quando *não se é* ou *se é apenas parcialmente* cidadã?

No meu entendimento sobre a questão, estabelecer a agenda das mulheres é definir a sua margem de poder. Daí que não se pode falar de agência das mulheres e de agência feminista sem equacionar a sua dominação, opressão e/ ou desigualdade, e sem estabelecer as suas margens de poder.

Esta discussão em torno de agência feminista remete-nos, claramente, para o debate sobre perspectivas feministas.

A importância de trazer para aqui o significado de feminismo(s) tem a ver com a necessidade de definir os limites semânticos da palavra para determinar se agência feminista se diferencia de agência feminina. Não chega falar da autonomia das mulheres. É necessário ver a dessincronia da opressão, ou dito de outra maneira, ver como a autonomização e o poder de algumas mulheres pode assentar na opressão de outras, negras ou pobres, empregadas domésticas, imigrantes lésbicas, com deficiência. É, portanto, necessário olhar para a forma como as feministas agem em solidariedade, ou sororidade, com as mulheres que sofrem ou estão socialmente em desvantagem.

Assistimos, nestes últimos anos, a algum debate sobre a relevância ou inutilidade da existência do movimento feminista, articulado com a emergência de perspectivas teóricas pós-estruturalistas e pós-modernas, que trouxeram novos desafios às teorias e práticas feministas, mas trouxeram também a possibilidade da sua erosão como perspectiva teórica na fundamentação de um movimento político para a transformação social e para a emancipação.

Assim, este foco sobre as diferentes perspectivas actuais constitui um importante momento de conhecimento pessoal, já que a divisão entre radical, socialista/marxista, liberal e negro, defendido em estudo anterior (Magalhães, 1998), me parece, hoje, insatisfatória para o momento actual das vidas das mulheres e dos movimentos sociais em geral. A definição de feminismo em que baseei a investigação, assente em Karen Offen (1988), como sendo simultaneamente uma ideologia, um movimento social para a transformação e uma teoria acerca da situação das mulheres, precisa agora de ser complexificada. Já nessa altura se colocava a questão da distinção entre movimento de mulheres e movimento feminista.<sup>4</sup> Podemos, então, começar por colocar os termos da definição do conceito, seguindo Griselda Pollock que afirma que *feminismo*:

significa um conjunto de posições, não uma essência; uma prática crítica, não uma doutrina; uma resposta e uma intervenção dinâmicas e autocríticas, não uma plataforma única. É o produto precário de um paradoxo (Pollock 1996: 196-7).

Existe, em Portugal, um mal-entendido de que a teoria e prática feminista dá primazia ao factor género em detrimento de outras estruturas de opressão, como a classe e a etnia, problema também notado por outras investigadoras. Mas os feminismos, como diz Pollock, não estão “para o género do mesmo modo que o marxismo está para a classe e a teoria pós-colonial para a raça” (*ibidem*: 192-3). É verdade que o movimento feminista tem travado uma árdua luta pelo reconhecimento da

centralidade organizadora das divisões de género e da sexualidade, enquanto um dos níveis de constituição social e subjectiva. Mas na sua amplitude, os novos feminismos trazem-nos mais explicitamente as complexas configurações estruturais de poder em torno da raça, classe, sexualidade, idade, capacidade física, etc.

Se hoje a pluralidade do movimento é consensual e até modelo para outros movimentos sociais, não constitui novidade no movimento de mulheres, como afirma Becky Francis, que acrescenta:

os métodos sugeridos para desafiar a dominação masculina diferiam bastante entre as escolas feministas, mas o pressuposto da *womanhood* como o fundamento do sujeito do feminismo, assim como as intenções emancipatórias, mantinham-se temas unificadores. (Francis 2001: 65-66)

Dentro do movimento, algumas divisões dos anos 1980 mantêm-se actuais. Muitas feministas socialistas (Haraway, Fraser, Mitchell entre outras) foram confrontadas e avançaram no debate teórico e epistemológico, mantendo-se numa crítica materialista e com a preocupação nas questões de classe, assim como o feminismo negro continua a particularizar “as configurações do imperialismo, da sexualidade, da feminilidade e do racismo” (Pollock 1996: 193).

Também o trabalho das feministas radicais dos anos 1960, 70 e inícios da década de 80, tem vindo a ser desafiado e simultaneamente aprofundado, partindo do principal slogan que fez toda a diferença do movimento feminista em relação a outros movimentos sociais: ‘o pessoal é político’. As suas contribuições, em conjunto com os movimentos de mulheres, trouxeram para a agenda pública as políticas de identidade, acentuando a importância do espaço de construção de novos significados em torno das categorias identitárias e atribuídas. Num dado momento, esta agenda feminista, assente na identidade *mulher*, exacerbou a diferença, fragmentando a categoria até ao limite, fazendo parecer dicotómicas as políticas de identidade face às políticas de igualdade (ou redistributivas), estas representadas pelas feministas socialistas / marxistas.

Nos finais dos anos 1980, assistimos a um conjunto de artigos nos *mass media* que chamavam a atenção para os ganhos das mulheres, impulsionados pelo feminismo, com base na visibilidade, iniciativa e autonomia de algumas jovens (*girl power*), fenómeno que ficou conhecido como *pós-feminismo*. Este termo é ambíguo (cf. Ferreira 1988): designa para algumas autoras uma reacção ao feminismo, afirmando a inutilidade actual das lutas das mulheres, salientando-se que a igualdade foi atingida; para outras é uma forma de introduzir no feminismo questões dos debates trazidos por correntes como o pós-estruturalismo e pós-colonialismo.<sup>5</sup>

Algumas/uns autoras/es designadas/os pós-feministas colocam sobretudo a questão da vitimização (a antiga agenda de género), no sentido de que as mulheres adquiriram direitos, portanto, podem ser autónomas e são, assim, também responsáveis pela sua situação:

De uma perspectiva pós-estruturalista, a narrativa emancipatória feminista pode ser vista como uma ‘grande narrativa’ modernista, baseada em reivindicações de

verdade moral. A teoria pós-estruturalista é relativista, procurando desconstruir tais narrativas de verdade. As feministas argumentaram sempre que o que contava como conhecimento e como ‘verdade’ na nossa sociedade é uma versão masculina de conhecimento e de verdade, ainda que o feminismo também assente em valores humanistas de justiça e dos direitos humanos em ordem a argumentar por uma equidade de género. Para muitos/as pós-estruturalistas, os discursos de verdade ou ‘grandes narrativas’ exercitam uma relação de poder (na medida em que têm reivindicações totalitárias do que está ‘certo’), e, conseqüentemente, requerem desconstrução. (Francis 2001: 68)

Estes desafios teóricos são importantes para a reflexão de questões que devem constituir as agendas feministas no sentido de lutar pela melhoria das vidas e por dar voz e espaço político às mulheres de todos os grupos sociais.

Então, o feminismo pode ser concebido novamente como “um espaço significativo, o espaço no qual, através de um imperativo feminista, nós ao mesmo tempo negamos as ordens de significado falocêntrico existentes e, em luta com a representação, geramos significados críticos e até novos significados.” (Pollock 1996: 205).

Outras feministas têm-se demarcado do termo pós-feminismo pela sua ambiguidade e pela sua identificação com o perigo da redução do feminismo a uma questão de estilo (“estilos de escrita e de auto-representação”, Moi, em Pollock 1996: 207). Esta crítica coloca a questão da compreensão *politizada* em oposição a um feminismo *despolitizado*. A compreensão *politizada*, na minha perspectiva, é o cerne da agência feminista, no sentido de ter em conta os diferentes níveis de desvantagem, desigualdade e opressão das mulheres, uma posição que exige que os feminismos não se reduzam a perspectivas teóricas esgrimidas apenas em ambientes académicos.

Também no que se refere ao pós-modernismo e pós-estruturalismo, existe o perigo de perder de vista a ideia de uma compreensão politizada do mundo e de uma teoria para a acção e transformação social. Levadas até às suas últimas consequências, ambas as perspectivas correm o risco de cair num niilismo paralisante ao relativizar de tal forma as situações e fragmentar as noções de sujeito, que se torna impossível qualquer teoria de transformação social (cf. Gamble, 1999; Francis, 2001).

Não será por acaso que Chris Weedon (1989) fala de um “pós-estruturalismo *feminista*”, isto é, uma perspectiva que tenha em conta contributos teóricos do pós-estruturalismo, como uma teoria da linguagem, do significado e da subjectividade, mas que, simultaneamente, contenha noções de agência humana e de pressupostos teóricos para um movimento político para a transformação social.

### Para terminar...

Na abordagem que temos vindo a defender, agência dá-nos uma perspectiva que nos coloca fora da vitimização e da determinação e nos empurra para o necessário conflito entre estrutura e acção colectiva e individual do ser humano. Implica também ter e dar voz, assentar na sororidade com outras mulheres, lutar pela transformação social, considerar a actividade do/a sujeito/a, a intervenção, mesmo a do silêncio, quer como concordância quer como dissentimento (Lewis 1993); e, finalmente, participar na definição da agenda política.

De certa forma, dar voz é também trazer os sentidos do silenciamento. A voz do silêncio pode contribuir para o manter e até reforçar, mas também pode trazer conhecimento sobre os significados, os conteúdos e as formas de intervir sobre esse mesmo silenciamento. Aqui, contar as experiências femininas — os materiais auto/biográficos — pode ter um papel importante, até no sentido de trazer à luz as “lutas escondidas nas histórias de vida” (Araújo 2000). Também podemos encontrar as diversas formas pelas quais as mulheres estão ou não em sororidade com outras mulheres. Evidentemente que esta noção de sororidade levanta novamente as questões da identidade feminina, que algumas teóricas têm questionado pelos riscos de essencialismo e afirmando que o *self* não é fixo — então, as categorias de género, classe, cultura, etnia, orientação sexual, deficiência, também não são. Teremos, portanto, que saber equacionar, na nova agenda feminista, noções flexíveis de sororidade que integre metáforas de viagens, transições e identidades presentes também no coração das narrativas biográficas.

Sintetizado, pode afirmar-se que o conceito de feminismo continua importante e necessário para determinar a agência feminista do movimento de mulheres, embora possa não esgotar todas as lutas das mulheres pela melhoria das suas condições de vida e das das outras mulheres:

‘Feminismo’ é um termo guarda-sol que admitidamente incorpora escolas de pensamento muito diferentes umas das outras e por vezes contraditórias. Contudo considero que se mantém temas unificadores centrais a todas as perspectivas feministas, a saber: uma preocupação com o género; uma percepção das mulheres como geralmente em desvantagem nas relações de género (embora muitas vezes perspectivando os homens como precisando também de libertação); uma percepção de que a desigualdade de género está errada; e, consequentemente, têm como meta mudar as coisas para melhor (...) este é um objectivo emancipatório e o feminismo é um movimento emancipatório. (Francis 2001: 67-8)

### Notas

- 1 Este artigo é uma versão revista do que pretendia ser a comunicação para o II Colóquio Internacional “Outros Sentidos para Novas Cidadanias”, realizado na FPECUP, em Julho 2001.

- 2 No *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*, 1984, vol. I, pág. 64, pode ler-se: Agência, s. f. Função de agente; actividade; trabalho; modo de vida; indústria; gratificação de agente; negócio por conta alheia; escritório onde se trata de negócios; filial de repartição pública, banco ou casa comercial: agência do correio; agência do Banco de Portugal. (Do lat. *agente*).
- 3 Sobre esta temática para o movimento feminista e para os grupos de mulheres ver Magalhães 1998.
- 4 Podem referir-se dois trabalhos exemplificativos a este respeito, em Portugal (Magalhães 1998 e Tavares 2000). Nos anos 1960, a vaga de activismo nos países do centro europeu e Estados Unidos foi inicialmente conhecida como Movimento (de Libertação) das Mulheres e só mais tarde (anos 1970) algumas activistas associaram este movimento ao termo feminista. No hiato histórico entre a designação *movimento de mulheres* e o termo *feminismo* não há identificação automática entre eles, antes uma relação mútua. A designação de feminismo a este activismo foi um processo de articulação, teórica no final do séc. XIX e princípio do séc. XX.
- 5 No contexto das nossas pesquisas, o Projecto “Padjas e Ciganas” foi, para mim, uma “oportunidade de ouro” de mergulhar no universo desconhecido das mulheres não brancas, algo que como feminista e enquanto membro da linha 4 do CIEE correspondia a um desejo adiado de aceder aos estudos feministas pós-colonialistas. Todavia, foi também um momento de complexificação e de desestabilização da pesquisa, já que o estudo das mulheres e raparigas ciganas em interacção e/ou diálogo com as *padjas* levanta novas questões ao/s feminismo/s português/es e à educação.

### Referências bibliográficas

- Araújo, Helena C. (2000), *Pioneiras na Educação: as Professoras Primárias na Viragem do Século*, Lisboa, IIE.
- Ferreira, Virginia (1988), “O Feminismo na Pós-Modernidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 24, 93-106.
- Francis, Becky (2001), “Beyond postmodernism: feminist agency in educational research”, em Becky Francis e Christine Skelton, *Investigating Gender. Contemporary Perspectives in Education*, Londres, Open University Press, 65-76.
- Gamble, Sarah (1999), “Postfeminism”, em Sarah Gamble (org.), *Feminism and Postfeminism*, Oxford, Blackwell, pp 43-54.
- Giddens, Anthony (2000), *Dualidade e Estrutura, Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta.
- Haraway, Donna (1990), “A Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s”, em Linda Nicholson (org.), *Feminism/ Postmodernism*. pp 190-233.
- Lewis, Magda Gere (1993), *Without a Word. Teaching Beyond the Women’s Silence*, Londres, Routledge.
- Magalhães, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação, Portugal, Décadas de 1970 e 80*, Oeiras, Celta.

- Marshall, Barbara L. (1994), *Engendering Modernity: Feminism, Social Theory and Social Change*, Cambridge, Polity Press.
- Mitchell, Juliet, e Ann Oakley (1986), *What is Feminism?*, Oxford, Blackwell.
- Offen, Karen (1988), "Defining feminism: a comparative historical approach", em *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 14 (1).
- Pollock, Griselda (1996), *Generations and Geographies in the Visual Arts: Feminist Readings*", Londres, Routledge.
- Stanley, Liz (2000), "From 'self-made women' to 'women's made selves? Audit selves, simulation and surveillance in the rise of public woman", em Tess Cosslett *et al.* (orgs.), *Feminism and Autobiography. Texts, Theories and Methods*, Londres, Routledge.
- Tavares, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal, anos 70 e 80*, Lisboa, Horizonte.
- Weedon, Chris (1989), *Feminist Practice and Poststructuralist Theory*, Londres, Basil Blackwell.
- Weiler, Kathleen (1995), "Freire and a feminist pedagogy of difference", em *Debates and Issues in Feminist Research and Pedagogy*, Londres, Open University, 23-44.

Maria José Magalhães é docente na Universidade do Porto/Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Investigadora no Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE). Desenvolve uma tese de doutoramento na área das Ciências da Educação e dos Estudos sobre as Mulheres. Entre as suas publicações destacam-se: *História de Vida de uma Operaria Corticeira* (1991, em co-autoria), que obteve o Prémio Carolina Michaelis, 1990, *Movimento Feminista e Educação* (Celta, 1998) e *Desfiar as Vidas. Perspectivas Biográficas, Mulheres e Cidadania* (1999, em co-autoria). Além das suas actividades académicas, tem sido uma activista feminista.